

**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DO ESTADO DA PARAÍBA

CASA DE EPITÁCIO PESSOA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

AUTÓGRAFO Nº 217/2019
PROJETO DE LEI Nº 1.150/2019
AUTORIA: MESA DIRETORA

Fixa o percentual de reajuste para os servidores efetivos, ativos e inativos, do Poder Legislativo Estadual para os anos de 2019, 2020, 2021 e 2022 e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido, para o exercício de 2019, o percentual de 4% (quatro por cento) para reajuste do subsídio e vencimento dos servidores efetivos, ativos e inativos, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, a ser implantado em 1º de janeiro de 2020, sendo a parcela prevista no art. 32-A da Lei nº 10.259/2014 fixada em 1,2 (um inteiro e dois décimos) a partir de 1º de julho de 2020, calculada na forma do § 2º do referido artigo.

Art. 2º Fica estabelecido, para o exercício de 2020, o percentual de 3% (três por cento) para reajuste do subsídio e vencimento dos servidores efetivos, ativos e inativos, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, a ser implantado em 1º de janeiro de 2021, sendo a parcela prevista no art. 32-A da Lei nº 10.259/2014 fixada em 1,4 (um inteiro e quatro décimos) a partir de 1º de janeiro de 2021, calculada na forma do § 2º do referido artigo.

Art. 3º Fica estabelecido, para o exercício de 2021, o percentual de 4% (quatro por cento) para reajuste do subsídio e vencimento dos servidores efetivos, ativos e inativos, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, a ser implantado em 1º de janeiro de 2022, sendo a parcela prevista no art. 32-A da Lei nº 10.259/2014 fixada em 1,6 (um inteiro e seis décimos) a partir de 1º de janeiro de 2022, calculada na forma do § 2º do referido artigo.

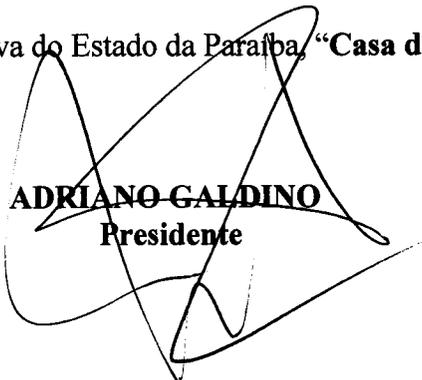
Art. 4º Fica estabelecido, para o exercício de 2022, o percentual de 3% (três por cento) para reajuste do subsídio e vencimento dos servidores efetivos, ativos e inativos, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, a ser implantado em 1º de janeiro de 2023, sendo a parcela prevista no art. 32-A da Lei nº 10.259/2014 fixada em 1,8 (um inteiro e oito décimos) a partir de 1º de janeiro de 2023, calculada na forma do § 2º do referido artigo.

Art. 5º Excetua-se a aplicação do parágrafo único do art. 29 da Lei nº 10.259/2014, para os anos de 2019 a 2022.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação ou execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Legislativo.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, “Casa de Epitácio Pessoa”,
João Pessoa, 16 de outubro de 2019.



ADRIANO GALDINO
Presidente